

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.296 - SP (2019/0330888-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : UNIMED DE LENCOIS PAULISTA COOP DE TRABALHO MEDICO  
**ADVOGADOS** : PAULO AFONSO DE MARNO LEITE - SP036246  
NATALLY RIOS - SP302509  
**RECORRIDO** : ADEMIR SANTILONI  
**RECORRIDO** : ADRIANA APARECIDA DE SANTANA  
**RECORRIDO** : SILVANA DE LOURDES BENJAMIN  
**RECORRIDO** : MARIA SALETE ROMANI COSTA  
**RECORRIDO** : NEUSA MARIA DELFINO  
**RECORRIDO** : NEUZA ROMPINELLI CORREA DA SILVA  
**RECORRIDO** : MARIA ANGELA DE ALMEIDA LEONEL  
**RECORRIDO** : ROSELI BREDAS  
**RECORRIDO** : CÁSSIA MARLEI CRUZEIRO BARBOSA  
**RECORRIDO** : MARIA JOSE RIBEIRO DE MATTOS  
**RECORRIDO** : ROSEMEIRE LUVIZUTTO BLANCO SILVA  
**RECORRIDO** : LEONICE ALVES NISHIME  
**RECORRIDO** : SIMONE MARI JUSTO  
**RECORRIDO** : ELIZETE BIRAL DE OLIVEIRA LIMA  
**RECORRIDO** : ANA MARIA ROSA  
**RECORRIDO** : ROSA DO CARMO FORTUNATO SOUSA  
**RECORRIDO** : MURILO SANTIAGO DE FREITAS PICARELLI  
**RECORRIDO** : MARIA LUCIA DOMINGUES MACIEL  
**RECORRIDO** : SUELI TEREZINHA DOMINGUES MACIEL BRAGA  
**RECORRIDO** : PATRICIA APARECIDA SANCHES  
**RECORRIDO** : LUIZ CARLOS DA SILVA  
**RECORRIDO** : TEREZINHA DE FATIMA DAMICO  
**RECORRIDO** : LUCILENE MARA MARTINS  
**RECORRIDO** : ELIZABETH MARTINS GONCALVES  
**ADVOGADO** : ROSANGELA LUCIMAR CARNEIRO - SP261975  
**INTERES.** : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES PUBL MUNIC DE LENCOIS PTA  
**ADVOGADOS** : FERNANDA CACCIOLARI ROCHA - SP190419  
RODRIGO CACCIOLARI - SP202744

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESILIÇÃO UNILATERAL. VIABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Alega a recorrente divergência jurisprudencial e que a decisão recorrida viola o art. 13, parágrafo único, da Lei n. 9.656/1998, pois o dispositivo aplica-se tão somente a

planos de saúde individuais, e não a contratos coletivos.

Pondera que, em atendimento à solicitação da própria Associação, firmou distrato com a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Lençóis Paulista, não havendo falar em restabelecimento do plano de saúde coletivo.

Obtempera que a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido que a proteção do art. 13, parágrafo único, da Lei n. 9.656/1998 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares.

2. No caso, foi a própria Associação estipulante pactuou a rescisão unilateral, havendo, pois, de todo modo, motivo idôneo para a rescisão.

Ademais, é possível [a ambas as partes da relação] a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares. Precedentes." (AgInt no REsp 1722940/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

Note-se:

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESCISÃO UNILATERAL POR INICIATIVA DE ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTIPULANTE. ART. 13, § 2º, DA LEI N. 9.656/1998. NÃO INCIDÊNCIA. MIGRAÇÃO DE PLANO. DIREITO À MANUTENÇÃO DO VALOR DAS MENSALIDADES. INEXISTÊNCIA.

1. O art. 13, parágrafo único, II, da Lei n. 9.656/98, que veda a rescisão unilateral dos contratos de plano de saúde, não se aplica às modalidades coletivas, tendo incidência apenas nas espécies individuais ou familiares. Precedentes das Turmas da Segunda Seção do STJ.

2. Com relação às duas espécies de contratação coletiva - empresarial ou por adesão -, a Resolução Normativa n. 195, de 14.7.2009, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com base na atribuição que lhe foi conferida pelo art. 4º, II e X, da Lei n. 9.961/2000, regulamentou as características dessas espécies de contratos privados de assistência à saúde vigentes no país. Consoante o art. 17 dessa Resolução, os contratos de planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão ou empresariais somente poderão ser rescindidos imotivadamente (rescisão) após a vigência do período de doze meses e mediante prévia notificação da outra parte com antecedência mínima de sessenta dias.

3. **A par de ser possível a rescisão contratual, conforme apurado pelas instâncias ordinárias, a Unimed Porto Alegre "nada mais fez do que dar consequência ao ato (de extinção do contrato anterior) praticado pela estipulante"** (UFRGS), tendo sido promovida também a "notificação premonitória em prazo convencionado, inexistindo possibilidade de se cogitar de abusividade".

4. **Não procede, portanto, a tese recursal de que a recorrida deveria ter mantido a vigência e a eficácia do plano de saúde**

**coletivo primevo, visto que houve a resilição contratual promovida pela estipulante** e a operadora do plano de saúde sagrou-se vencedora do novo certame licitatório, por isso a relação contratual submete-se às regras do edital, tendo base comutativa específica.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1346495/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 02/08/2019)

-----  
--

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O disposto no art. 13, parágrafo único, II, da Lei nº 9.656/1998 não se aplica aos contratos de plano de saúde coletivos, admitindo-se a resilição unilateral, mediante prévia comunicação a contratante. Precedentes.

3. Na hipótese, rever o entendimento do tribunal de origem, que registrou a ocorrência da prévia notificação da recorrente acerca da rescisão contratual, esbarraria no óbice da Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1509257/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 07/11/2019)

-----  
-----

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESILIÇÃO UNILATERAL POR INICIATIVA DE ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTIPULANTE. ART. 13, § 2º, DA LEI N. 9.656/1998. NÃO INCIDÊNCIA. MIGRAÇÃO DE PLANO. DIREITO À MANUTENÇÃO DO VALOR DAS MENSALIDADES.

INEXISTÊNCIA. 1. O art. 13, parágrafo único, II, da Lei n. 9.656/98, que veda a resilição unilateral dos contratos de plano de saúde, não se aplica às modalidades coletivas, tendo incidência apenas nas espécies individuais ou familiares. Precedentes das Turmas da Segunda Seção do STJ.

2. Com relação às duas espécies de contratação coletiva - empresarial ou por adesão -, a Resolução Normativa n. 195, de 14.7.2009, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com base na atribuição que lhe foi conferida pelo art. 4º, II e X, da Lei n. 9.961/2000, regulamentou as características dessas espécies de contratos privados de assistência à saúde vigentes no país. Consoante o art. 17 dessa Resolução, os contratos de planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão ou empresariais somente poderão ser rescindidos imotivadamente (resilição) após a vigência do período de doze meses e

mediante prévia notificação da outra parte com antecedência mínima de sessenta dias.

3. A par de ser possível a rescisão contratual, conforme apurado pelas instâncias ordinárias, a Unimed Porto Alegre "nada mais fez do que dar consequência ao ato (de extinção do contrato anterior) praticado pela estipulante" (UFRGS), tendo sido promovida também a "notificação premonitória em prazo convencionado, inexistindo possibilidade de se cogitar de abusividade".

4. Não procede, portanto, a tese recursal de que a recorrida deveria ter mantido a vigência e a eficácia do plano de saúde coletivo primevo, visto que houve a rescisão contratual promovida pela estipulante e a operadora do plano de saúde sagrou-se vencedora do novo certame licitatório, por isso a relação contratual submete-se às regras do edital, tendo base comutativa específica.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1346495/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 02/08/2019)

3. Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar improcedente o pedido formulado na inicial, estabelecendo custas e honorários advocatícios sucumbenciais, estes arbitrados em 18% do valor atualizado da causa, integralmente arcados pelos autores, ora recorridos - observada a eventual gratuidade de justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator